

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLI

---

**No cinquentenário da morte de  
Júlio Dantas: o académico e o  
memorialista**

ARTUR ANSELMO

---



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2020



## No cinquentenário da morte de Júlio Dantas: o académico e o memorialista

ARTUR ANSELMO

«É nos outros que nós vivemos» – exclamava Júlio Dantas nesta Academia, em 1913, ao discursar sobre Bulhão Pato, a quem sucedera como sócio-efectivo da Classe de Letras. E, acompanhando os últimos anos de vida do autor da *Paqueta*, Dantas fazia notar que o seu antecessor, ao morrer em 1912, «respirava ainda, voluptuosamente, a plenos pulmões, a atmosfera luminosa de 1840». Imobilizado, cristalizado, insensível às modas do tempo, Bulhão Pato isolara-se do mundo e suportara resignadamente «a dor de sobreviver a si próprio».

Com Júlio Dantas passou-se precisamente o contrário. De facto, tendo atravessado uma vida ainda mais longa do que a de Bulhão Pato, o autor da *Pátria Portuguesa* e de tantas outras evocações históricas de um estilo tão exacto e tão vivo que ainda hoje nos surpreende, chegou à Academia em 1908, pela mão de Henrique Lopes de Mendonça (relator do parecer académico), com a aprovação da secção de Literatura (Bulhão Pato, Sousa Monteiro, Teixeira de Queiroz e Teófilo Braga), e na Academia se manteve até à sua morte, em 1962. Durante mais de meio século, foi sucessivamente sócio-efectivo, a partir de 1913 (proposta igualmente subscrita por Henrique Lopes de Mendonça e apoiada por Teófilo Braga, Cristóvão Aires, Gonçalves Viana, Teixeira de Queiroz, Leite de Vasconcelos e Ramalho Ortigão), Presidente da Classe de Letras em 1922, presidente da Academia em 1923, 1929, 1931, 1933, 1935, 1937, 1939, 1941, 1943 e 1945, Presidente geral da Academia desde 1946 até 1959 e, finalmente, Presidente de honra da Academia desde 1960 até à morte, ocorrida em Maio de 1962. Nos primeiros anos não foi muito assíduo às reuniões da Classe, por motivos de saúde (na correspondência dirigida aos seus pares, são frequentes as queixas de padecimentos provocados por uma pleurite) e pelas absorventes solicitações da política parlamentar, que o levariam a fazer parte de quatro governos da Primeira República: em 1920, duas vezes como ministro da Instrução Pública (nos ministérios António Granjo e Álvaro de Castro); em 1921, como ministro dos Negócios Estrangeiros

(no ministério Cunha Leal); em 1923, também como ministro dos Estrangeiros (no ministério Ginestal Machado). Enquanto se deixou enredar no torvelinho da política, substituiu-o na presidência da Classe de Letras o sábio camonista José Maria Rodrigues. Depois, com a revolução de 28 de Maio, falaram mais alto que os políticos as espadas dos militares. Sem renegar o passado (costumava dizer que a sua carreira política terminara com o 28 de Maio), em Dezembro de 1927 viu-se reeleito, na Academia, para a presidência da Classe de Letras e vice-presidente da Academia. Na mesma altura era presidente da Classe de Ciências e da Academia aquele que foi talvez o seu melhor amigo entre todos os confrades: Egas Moniz, também recolhido à investigação e à Academia, após movimentada acção política, e aureolado, em Junho de 1927, com o êxito da primeira arteriografia do homem vivo.

Convém recordar que, até 1945, o Presidente da Academia das Ciências era eleito por um ano e escolhido alternadamente nas duas Classes: ano ímpar, presidente oriundo das Ciências; ano par, presidente oriundo das Letras. No período que decorreu entre 1928 e 1945, Júlio Dantas foi sempre eleito presidente da Classe de Letras e, nos anos em que presidiu à Academia, teve como vice-presidentes figuras notáveis da Classe de Ciências, como o matemático Pedro Cunha, o fisico-químico Aquiles Machado e os médicos Egas Moniz, Moreira Júnior e Azevedo Neves. Ora, com a publicação do decreto-lei n.º 35.090, de 31 de Outubro de 1945, «o governo da Academia» deveria passar a ser exercido «por um presidente geral, eleito em sessão plenária, o qual desempenharia o seu cargo durante três anos, podendo ser reeleito». Assim o determinava o art.º 8.º, em cujo parágrafo 1.º podia ler-se: «O cargo de presidente da Academia é inacumulável com o de presidente de qualquer das classes.». Presumo que alguma celeuma se terá levantado na Academia a propósito deste artigo do decreto 35.090 (a documentação consultada refere mesmo certo “incidente” ocorrido em sessão plenária e uma moção do jurista Barbosa de Magalhães, depois retirada). Certo é que, em 28 de Janeiro de 1946, publica-se outro decreto (com o n.º 35.474), constituído por uma nova redacção do art.º 8.º, que passa a ser a seguinte: «O governo da Academia será exercido por um presidente, eleito em sessão plenária e escolhido alternadamente nas duas classes, o qual desempenhará o cargo durante dois anos. A reeleição do presidente só se fará excepcionalmente e com o acordo de, pelo menos, três quartos dos votos dos sócios efectivos da Academia».

Foi com base neste preceito que o mandato do Presidente-geral se fixou em dois anos e, também com o mesmo fundamento legal, Júlio Dantas foi reeleito para o cargo em seis biénios consecutivos, entre 1948 e 1959. Note-se, como vimos atrás, que as reeleições se permitiam apenas em casos *excepcionais*, para o que nunca faltaram os votos da esmagadora maioria dos sócios efectivos. Simplesmente, como bem observou o académico Pedro Pitta numa declaração de voto arquivada com a menção de “confidencial” e datada de 5 de Dezembro de 1957, a situação não poderia arrastar-se por mais tempo, e daí o seu aviso:

...desde 1946 que a presidência da Academia vem sendo exercida pela mesma pessoa, em constante reeleição. O excepcional transformou-se em normal, repetido em seis vezes sucessivas. Considero este procedimento em desconformidade com as disposições legais e, embora tenha sido já seu infractor, não quero reincidir. Assim, votaria contra na eleição que se houvesse realizado, e não quero deixar de declarar a minha reprovação.

Júlio Dantas, naturalmente, tomou conhecimento das restrições que um dos prestigiados juristas da Academia opunha à sua reeleição. Como era seu hábito (se houve timbre que nunca lhe faltou, foi a educação primorosa de um espírito conciliador), ignorou aparentemente a crítica de Pedro Pitta e, cerca de um mês antes de terminar o sétimo mandato como presidente geral (em 26 de Outubro de 1959), por carta dirigida ao Secretário-geral da Academia, escrevia:

*Ex.mo Senhor Prof. Doutor D. António Pereira Forjaz, meu eminente amigo. – Encontrando-me bastante doente e carecendo de um largo período de repouso para tratamento da minha saúde, é com verdadeiro pesar que me afasto do exercício do cargo de presidente da Academia das Ciências, antecipando assim, pela força das circunstâncias, o termo do mandato, que expira no dia 31 de Dezembro próximo. Ao depor nas mãos do meu substituto legal todos os poderes inerentes ao governo desta Casa, agradeço ao Conselho da Presidência e à Assembleia Geral, por intermédio de V.Ex.<sup>a</sup>, o apoio que sempre me concederam e a confiança com que inalteravelmente me honraram. Espero que as razões do meu afastamento serão benevolmente aceitas por todos, atendendo a que envelheci servindo a Academia e a que presidi aos seus*

destinos durante vinte e quatro anos. Pedindo a V.Ex.<sup>a</sup> desculpa de o molestar sabendo-o também doente, faço os mais veementes votos pelo seu completo restabelecimento.

De V.Ex.<sup>a</sup> amigo e admirador gratíssimo

a) *Júlio Dantas*

Lida a carta, na sessão plenária de 5 de Novembro de 1959, o presidente da Classe de Ciências, Reynaldo dos Santos, que conduzia os trabalhos da reunião, disse que Júlio Dantas lhe declarara, pouco antes, também por carta, que a desejada renúncia «punha termo à sua vida pública», e acrescentou:

nenhum de nós se esquece da dignidade dos plenários a que presidiu; das publicações que orientou; das recepções de personalidades eminentes que nos visitaram, não só da Europa mas particularmente do Brasil; das sessões solenes em que a Academia ora participou em comemorações internacionais, ora, e sobretudo, nas homenagens aos homens ilustres da Nação, sabendo rodear-se dos oradores mais idóneos e dar-nos ele próprio as sínteses lapidares com que precedia e rematava as respectivas orações académicas. Discursos que, reunidos, poderiam constituir um pequeno Plutarco das vidas ilustres de alguns Portugueses.

A propósito desta sugestão de Reynaldo dos Santos, vem a propósito lembrar que, sob o título de *Grandes figuras*, Júlio Dantas editou em 1972 uma recolha de evocações de vultos singulares da cultura portuguesa, a juntar a outras anteriormente estampadas nas *Páginas de memórias*, livro editado em 1968.

Depois de Reynaldo, falaram ainda Caeiro da Mata, presidente da Classe de Letras, Augusto de Castro, Pedro Calmon (que, por coincidência, estava de passagem em Lisboa) e Laranjo Coelho. Assentou-se então que dois académicos – Reynaldo dos Santos e Augusto de Castro – ficavam mandatados para «uma nova diligência no sentido de demover Júlio Dantas da resolução expressa na sua carta e de lhe manifestar o desejo de que, se o seu estado de saúde assim o permitir, possa continuar no exercício dum cargo que tanto honrou», como refere a acta da reunião. Uma semana depois, nova reunião plenária, igualmente presidida pelo presidente da Classe de Ciências. Este informa que, na companhia do

académico efectivo mais antigo, Augusto de Castro, se avistara com Júlio Dantas, pedindo-lhe que reconsiderasse a sua decisão, mas em vão: o presidente da Academia, «embora profundamente sensibilizado e grato aos sentimentos de carinhoso afecto dos seus confrades – regista a acta – declarou que o estado da sua saúde não lhe permitia continuar no exercício do cargo». Assente a passagem de testemunho para as mãos de Reynaldo dos Santos (eleito em Dezembro de 1959 para a presidência da Academia no biénio 1960-61), este propõe a elevação de Júlio Dantas à categoria de “Presidente de Honra”, título único na história da Academia.

A partir de 1962, dá-se o regresso, nesta Casa, ao regime de presidências alternadas. Era então presidente da Classe de Letras o académico Moses Amzalak, o qual foi eleito presidente da Academia em todos os anos pares, desde 1962 até 1972, enquanto Amorim Ferreira, presidente da Classe de Ciências, assegurou a presidência da Academia nos anos ímpares, desde 1963 até 1973. E o sistema das presidências alternadas manteve-se até hoje, no ano par de 2012, em que os destinos da Academia estão confiados – e bem, como sempre – ao Presidente da Classe de Letras, Adriano Moreira.

E chega o momento de perguntar: Como caracterizar, nos seus traços mais salientes, a actividade académica de Júlio Dantas?

Depois de, durante várias semanas, ter consultado o processo académico de Júlio Dantas, conservado na biblioteca da Academia das Ciências, e de ter relido toda a sua obra memorialística, julgo estar em condições de isolar os seguintes pontos fortes no retrato desse grande português do século xx:

- 1.º – Criação das condições objectivas para o bom funcionamento da Academia;
- 2.º – Regularização do processo de admissão dos novos académicos;
- 3.º – Prioridade à investigação científica no Instituto de Altos Estudos;
- 4.º – Defesa intransigente da unidade ortográfica da língua portuguesa e da sua vernaculidade;
- 5.º – Entendimento diplomático com o Brasil através do fortalecimento das relações com a Academia Brasileira de Letras;
- 6.º – Respeito sagrado do património cultural da Academia, principalmente pelo culto dos seus mortos;

- 7.º – Estabelecimento permanente de um bom ambiente de trabalho, traduzido, antes de mais, no respeito pelas opiniões alheias e na independência política.

Quanto ao funcionamento da Academia, que decorreu sempre com toda a normalidade, preocupou-se Júlio Dantas, em primeiro lugar, com a recuperação do espaço cedido a outras instituições. Em Novembro de 1958, quando a Academia recebeu da Direcção-Geral da Fazenda Pública autorização para reocupar as dependências vagas pela saída da Faculdade de Letras, dizia o Presidente aos seus confrades:

Precisamos de espaço, de todo o espaço disponível que a Faculdade de Letras deixou e que os Serviços Geológicos deixarão amanhã. Julgamos oportuno lembrá-lo: ambos estes serviços puderam viver, durante tantos anos, em dependências do edifício da Academia, porque a mesma Academia, a pedido instante dos monarcas e do Governo, lhas cedeu, sem abrir entretanto mão delas e «mantendo o direito de as reocupar em qualquer tempo, quando delas tivesse necessidade». O acto que o Governo vai praticar, entregando-nos uma casa que é tradicionalmente nossa, tem o valor, jurídico e moral, duma restituição.

Se a saída da Faculdade de Letras permitiu reinstalar o Museu em condições de guardar, inventariar e acautelar peças valiosíssimas, assim como, mais tarde, criar e desenvolver um Instituto de Lexicologia, um dos sonhos de Júlio Dantas – a construção de «um cimeliário à prova de fogo para guardar os incunábulos, os iluminados, os manuscritos preciosos da Academia, património da Nação» (são palavras dele próprio), essa construção de uma casa-forte ainda hoje não é uma realidade, mau grado os apelos feitos nesse sentido, de que uma recente comunicação do nosso emérito confrade Ilídio do Amaral se fez eco.

Outra área extremamente sensível que Júlio Dantas procurou melhorar com êxito assinalável foi a do funcionalismo ao serviço da Academia. De facto, sendo ministro da Instrução Pública uma figura pública que, anos depois, enriqueceria esta Casa com comunicações de elevado sentido crítico – refiro-me a Gustavo Cordeiro Ramos –, obtiveram-se, pelo decreto-lei n.º 22.528, de 15 de Maio de

1933, todas as garantias necessárias à autonomia administrativa e financeira da Academia, nomeadamente a competência específica do Presidente para propor ao Governo o provimento, nos termos das leis em vigor, dos lugares do quadro administrativo, técnico e menor.

Mais: como nessa altura havia alguns cargos académicos remunerados, era à Assembleia Geral que competia eleger os respectivos titulares e ao Presidente dar-lhes provimento. Entretanto, a Academia passara a gozar do direito ao depósito legal das publicações impressas no país e vira-se definitivamente desonerada do pagamento de uma vultuosa dívida à Imprensa da Universidade de Coimbra, pela dação que lhe fizera da maquinaria da extinta tipografia da Academia. Já agora, vem a talhe de foice recordar que as oficinas gráficas da Academia foram mandadas encerrar por Teófilo Braga, pouco depois da constituição do Governo Provisório da República, em sinal de retaliação pelos conflitos que levaram à criação de uma nova academia científica, a Academia de Ciências de Portugal, apadrinhada pelo próprio Teófilo, cujo nome figura à testa da lista de proponentes da nova instituição, fundada em 16 de Abril de 1907, inaugurada em 1908 e instituída oficialmente por decreto de 26 de Outubro de 1910. Duraria poucos anos, mas, enquanto durou, esteve sempre muito activa.

A regularização do processo de admissão de novos académicos foi concretizada pela publicação do decreto-lei n.º 14.837, que revogou o regime de apresentação de candidaturas e da remessa de publicações pelos próprios interessados, a vigorar desde 1868 (regulamento de Latino Coelho). Assim, tal como ainda hoje acontece, a iniciativa passou a pertencer à própria Academia, a qual, em conferência reservada das Classes, escolhe livremente os elementos de que carece para assegurar a vida da instituição e preencher as vagas dos seus quadros.

Quanto à defesa, ilustração e aperfeiçoamento ortográfico do património linguístico nacional, não se exagerará dizendo que se tratou da tarefa mais transcendente caída sobre os ombros de Júlio Dantas. Sendo médico de formação («fui médico, agora sou só doente» – dizia ele a meio da vida), Dantas foi também, indiscutivelmente um dos maiores escritores portugueses do século xx, como o salientaram, entre muitos outros, Augusto de Castro e Vitorino Nemésio. O seu génio verbal, afirmado sobretudo na multiplicidade de recursos onomasiológicos (para cada coisa o nome certo, para cada conceito a expressão gramatical mais adequada e mais correcta), cedo o levou ao cultivo da ciência da linguagem. Ao

longo da sua vida académica, iniciada na secção de Literatura, chegou mesmo, a dada altura – e também para se abrir na Literatura uma vaga que permitisse a eleição de Eduardo Schwalbach – a transferir-se para a secção de Filologia, onde esteve alguns anos prestando relevantes serviços. Entre estes avulta a dinamização dos trabalhos que levaram ao Acordo Linguístico Luso-Brasileiro e à publicação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, em 1945, fruto sazonado da dedicação académica de Rebelo Gonçalves, sem dúvida o melhor colaborador de Júlio Dantas nesta matéria.

Obviamente, ontem como hoje, o entendimento diplomático com o Brasil beneficiou largamente das excelentes relações entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras. Porém, no ponto de vista da unificação ortográfica da língua, as melhores intenções de ambas as partes contratantes esbarraram na oposição do Senado Federal brasileiro, responsável pela revogação do Acordo de 1945 (decisão «pouco amistosa e, do ponto de vista diplomático, pouco regular», como a classificou o presidente Café Filho, incapaz de fazer prevalecer o seu veto à resolução do Congresso brasileiro). Numa nota inserida em 1960 no livro *Tribuna*, perguntava Júlio Dantas: «Quer isto dizer que estão perdidos os esforços das duas Academias para a obra benemérita da unidade da língua?» E, depois de responder pela negativa, sublinhando os avanços conseguidos entre 1923 e 1943, acrescentava:

O que se perdeu – isso sim! – foi apenas o trabalho da Conferência interacadémica de 1945, a que presidi. Andámos para trás.

Já tínhamos as Capelas Imperfeitas: é mais uma. Deveremos acabar de a construir? O Tempo e os homens o dirão.

Estão a dizê-lo agora, em 2012 – intervenho eu, pegando nas palavras de Júlio Dantas, no momento em que os países lusófonos dão, separadamente, as suas contribuições para esse monumento – que nenhum de nós é capaz de afiançar se algum dia se publicará – intitulado “Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa”.

Nisto como em muitos outros assuntos, Júlio Dantas teve sempre a consciência de que a história da Academia das Ciências de Lisboa é um percurso em linha rigorosamente contínua, desde 1779 até hoje. Nesta Casa, pode dizer-se sem

hesitação, nunca os interesses pessoais ou os interesses de uma qualquer minoria se sobrepuseram à renovada força colectiva que decorre da própria divisa, tomada de empréstimo a uma fábula de Fedro e inscrita no emblema académico: «Nisi utile quod facimus stulta est gloria». O que vale por dizer: deixemos de lado as questiúnculas estéreis e preocupemo-nos com o que é verdadeiramente útil. «As velhas academias – escreveu um dia Júlio Dantas – são como as velhas árvores: a coma viridente amarelece; as folhas caem; a fronde renova-se; – mas o tronco robusto permanece.»

O culto dos mortos, daqueles vultos que, ao passarem pela Academia a engrandeceram e a robusteceram, aparece-nos, assim, como uma exigência irrecusável. Por isso, ninguém, no tempo da presidência de Júlio Dantas, estranhava que fosse o próprio Presidente a honrar a memória dos que tinham encaminhado os seus primeiros passos na Academia: António Cândido, Lopes de Mendonça, Hintze Ribeiro, Júlio de Vilhena, José Luciano de Castro, Teixeira de Queiroz, o Conde de Sabugosa, Bulhão Pato, Cristóvão Aires e até o *in partibus infidelium* Teófilo Braga, a quem Dantas, num admirável retrato, chamou «o Homem do ressentimento».

Fiel a este ideário cívico e académico, manteve Júlio Dantas nesta sua Casa, ao longo de meio século, um ambiente de respeito e de salutar convivência que bem se articulava com uma das virtudes mais evidentes do seu espírito: o «generoso prazer de admirar, delicada atitude das aristocracias do espírito», (são palavras suas) e, naturalmente, o prazer de conversar. Evocando as sessões académicas do primeiro quartel do século xx, escreveria Júlio Dantas:

O mais interessante, na vida académica de então, não eram as sessões da Classe, em geral curtas e áridas, mas a meia hora prévia, na antecâmara dos retratos do século xviii, em que se conversava animadamente à espera dos retardatários – havia ainda, nesse tempo, o prazer delicado de conversar – e se trocavam impressões sobre política, sobre arte, sobre literatura, com vivacidade, por vezes com volubilidade, sem uma referência malévola ou, sequer, displicente para quem quer que fosse. Constituía edificante espectáculo o da convivência atenciosa e agradável desses homens, que, professando credos políticos diferentes e representando correntes antagónicas de pensamento filosófico ou religioso, se tratavam, não apenas com

exemplar cortesia, mas com recíproco apreço e, não raro, com amistosa confiança.

O melhor exemplo que encontrei a comprovar esta reflexão foi o da amizade constante e da profunda admiração mútua que ligaram as duas figuras tutelares da Academia na primeira metade do século xx: Júlio Dantas e Egas Moniz. Para o ilustrar, utilizarei informações arquivadas à época como «secretas e confidenciais», mas hoje de livre acesso, que suponho serem desconhecidas da generalidade dos cientistas e escritores. E começarei por lembrar um episódio da vida científica de Egas Moniz – este, sim, amplamente divulgado nas biografias do sábio neurologista – para, a seguir, dar conta do que encontrei de novo.

O facto conhecido é este: ao agradecer as felicitações da Academia, por ocasião de lhe ser atribuído o Prémio Nobel da Medicina, Egas Moniz teve uma palavra de especial apreço para Júlio Dantas, cuja obra, em sua opinião, era merecedora do mesmo reconhecimento internacional que a ele, Egas Moniz, fora testemunhado.

Ora (e aí está o que nunca, que eu saiba, foi noticiado), a Academia das Ciências de Lisboa apresentou à Academia Sueca, em 1950, um processo da candidatura de Júlio Dantas ao Prémio Nobel da Literatura, instruído, entre outros documentos, com os seguintes: proposta assinada por Egas Moniz, relatório do decano da Classe de Letras, Queiroz Veloso, e currículo do candidato. Da documentação disponível faz parte ainda uma mensagem de apoio (caloroso) da Academia Brasileira de Letras, assinada pelo então presidente Gustavo Barroso, e correspondência trocada com as academias espanholas, pela qual se verifica, iniludivelmente, o retraimento da Real Academia Española em patrocinar a candidatura. Como é sabido, o Nobel da Literatura, em 1950, foi atribuído ao filósofo Bertrand Russel.

Com uma vida tão recheada de acontecimentos marcantes, ao cabo de intensa actividade política e intelectual, era talvez previsível que Júlio Dantas aproveitasse os últimos anos de vida para redigir as suas memórias. Mas ele próprio se encarregou de desfazer essa previsão ao afirmar:

Quando um homem de letras se sente inclinado a escrever as suas memórias é porque deixou de compreender o momento em que vive. Receio que

me esteja sucedendo o mesmo a mim. A incompreensão de certas coisas (refiro-me especialmente ao espectáculo actual do Mundo, que algumas pessoas inteligentes se envergonham de dizer que não entendem) tem criado no meu espírito o gosto de recordar, o prazer de refugiar-me no passado, de fechar-me por dentro na minha «galeria de sombras», já infelizmente povoada de tantos desaparecidos ilustres.

Porém, lida com atenção a obra de Júlio Dantas, sobretudo os *Discursos* (1942) e a *Tribuna* (1960), livros publicados ainda em vida do autor, assim como os póstumos *Revoada de musas* (1965), *Lisboa dos nossos avós* (1966), *Páginas de memórias* (1968) e *Grandes figuras* (1972), encontramos abundante material a atestar a vocação memorialística de um escritor que, não querendo deixar um livro de memórias, acabou a escrever memórias tanto a respeito das figuras que evocou como acerca da sua própria vida. Outra coisa não são senão memórias (alheias ou próprias) os retratos que compôs: em 1929, o Duque de Lafões; em 1933, Montaigne; em 1935, Horácio, Victor Hugo e Lope de Vega; em 1937, Gil Vicente, Leopardi e Descartes; em 1939, Machado de Assis e Racine; em 1942, Galileu e Antero; em 1943, Teófilo Braga; em 1949, Rui Barbosa; em 1953, o Conde de Monsaraz. Todos estes retratos foram apresentados à Academia para assinalar efemérides de alto relevo cultural. Entretanto, fora da Academia, fosse em jornais, fosse na Assembleia Nacional, na Câmara Corporativa, na Câmara Municipal, fosse na Suíça, em França ou no Brasil, não faltaram pretextos para mais evocações e memórias. Restringindo-me apenas às que mais me marcaram, lembro os retratos de Oliveira Martins, Emídio Navarro, Guerra Junqueiro, Teixeira de Queiroz, Agostinho de Campos, Columbano, Marinetti, Olavo Bilac, o rei D. Manuel II, o presidente António José de Almeida e, entre as mulheres portuguesas, Luísa Todi e Maria Amália Vaz de Carvalho. Cada retrato, cada página de memórias: das memórias que Júlio Dantas não queria escrever mas que acabou por nos deixar ao falar dos outros. Por isso, citando-o, termino como comecei: «É nos outros que nós vivemos».